

Trabalho, trabalho coletivo: a compreensão desse binômio no interior do projeto de assentamento Nova Amazônia¹

Meire Joisy Almeida Pereira²

Hiroshi Noda³

Sandra do Nascimento Noda⁴

Resumo: O trabalho, enquanto práxis humana constitui-se numa das centralidades da vida da espécie humana na Terra. Nessa trilha, o presente artigo tem como objetivo analisar a categoria Trabalho do ponto de vista teórico e epistemológico visando desvelar às suas determinações empíricas no interior de Projeto de Assentamento Nova Amazônia – PANA – sob o olhar e a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR, a Incubadora Social da UFRR, como é mais conhecida. Para tanto utilizou como método de abordagem a dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin por permitir estudar o fenômeno de forma interdisciplinar, considerando o todo e as partes, a objetividade e a subjetividade, a ordem e a desordem. O desenho da pesquisa foi o estudo de caso por ensejar às múltiplas ferramentas utilizadas no campo. Os resultados encontrados no campo constataram de que o trabalho embora permaneça com a sua condição material, desvela ao mesmo tempo, a sua feição imaterial, no manejo do ambiente. O(a) agricultor(a) familiar(a) aciona sua cognição, sua inteligência para pensar suas estratégias capazes de aumentar a produção dos bens para o autoconsumo e comercializar aquilo que é excedente. Assim, tanto o trabalho concreto, materializado no trabalho coletivo, bem como o trabalho imaterial caminham juntos, garantido a esses(as) agricultores(as) a permanência em seus sítios. Uma das descobertas da pesquisa foi a existência de características vigorosas das novas ruralidades, categoria de análise descrita pela professora Maria de Narazeth Baudel Wanderley.

Palavras-Chaves: Solidariedade. Reciprocidade. Projeto de Assentamento; Economia solidária; Amazônia.

INTRODUÇÃO

O trabalho, enquanto práxis humana constitui-se numa centralidade da vida da espécie humana na Terra. O presente artigo visa abordar a categoria de análise do ponto de vista teórico e epistemológico visando desvelar às suas determinações empíricas no interior de Projeto de Assentamento Nova Amazônia – PANA – sob o olhar e atuação atenta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários da Universidade Federal de Roraima – ITCPES/UFRR, a Incubadora Social, como é mais conhecida.

Por meio do trabalho o ser humano interage com o sistema ambiental e, nessa troca de energia a espécie humana satisfaz suas necessidades e promove múltiplas transformações no ambiente, ao mesmo tempo em que é transformada por ele, circularidade recursiva observada desde os primórdios

¹ Nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -pela bolsa concedida durante o doutoramento; agradecer o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – pelo fomento ao projeto de pesquisa e extensão da ITCPES/UFRR, condições objetivas em termos de fomento para a consecução dos resultados ora apresentados.

² Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais da UFRR-PRONAT; e-mail: meire.joisy@ufrr.br ; <http://lattes.cnpq.br/1290551464910872>.

³ Professor doutor do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas – PPG/CASA/UFAM; pesquisador aposentado do INPA; e-mail. hnoda@inpa.gov.br; <http://lattes.cnpq.br/0747535668472592>

⁴ (In Memoriam) Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA/UFAM; professora da Faculdade de Ciências Agrárias da UFAM.

da condição humana. Marx (1988), Maturana (2014) e Morin (2012) são autores que estudaram esse movimento em momentos distintos da história.

Na obra a condição pós-moderna de Harvey, (2012) o caráter do trabalho e suas metamorfoses são evidenciadas, sobretudo nos países da Europa ocidental, espaço empírico da pesquisa do autor. À luz de Harvey (2012), sobretudo na categoria de análise compressão espaço-tempo, o presente artigo visa desvelar o caráter do trabalho e suas determinações no interior de um Projeto de Assentamento da Reforma Agrária localizado na Amazônia setentrional, denominado Projeto de Assentamento Nova Amazônia, cujo pano de fundo é a hegemonia do sistema econômico capitalista vigente. Já, do ponto de vista ambiental, o Lavrado representa o sistema ambiental complexo (MORIN, 2011) de características exclusivas. De características singulares o Lavrado só é encontrado no extremo norte do Brasil, é formado por um mosaico de paisagens de vastos campos abertos, recoberto por gramíneas, arbustos, árvores, ilhas de matas, veredas de buritis, buritizais, lagos, igarapés, rios, brejos e serras, assemelhando-se, em alguma medida ao bioma do Cerrado brasileiro (CAMPOS; BARBOSA 2008).

Dito isso, os passos empreendidos durante a pesquisa foram identificar, compreender e desvelar o caráter do trabalho enquanto categoria de análise. Assim, como não poderia deixar de ser, o ponto de partida foi o trabalho, em seguida chegou-se ao trabalho coletivo, vivificado e manifesto pelas famílias da Agricultura Familiar e dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES – existentes no interior do PANA. Historicamente o Projeto de Assentamento Nova Amazônia teve sua gênese em 2001. Ele foi o primeiro assentamento de Roraima estabelecido no sistema ambiental do Lavrado, uma vez que os demais 65 assentamentos localizam-se nas áreas de florestas.

Para compreender a dinâmica interna do PANA foi escolhida, enquanto eixo empírico da pesquisa, as práxis de vida das famílias em seu cotidiano, manifestada sobretudo por meio do manejo e do trabalho no sistema ambiental do Lavrado. É preciso destacar que a categoria de análise historicamente assumiu formas e feições distintas: foi trabalho vivo, trabalho morto, trabalho alienado, trabalho concreto, abstrato, imaterial, entre outras denominações, todas, circunscritas no modo de produção capitalista.

A estratégia metodológica do estudo assentou-se no uso das categorias de análises, articuladas à abordagem da dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (2011) e no estudo de caso de YIN (2015). Escolhas que ensejaram identificar, compreender, descrever, evidenciar, interpretar e explicar a dinâmica que envolve as múltiplas metamorfoses do trabalho nas práxis das famílias de agricultores familiares e dos Empreendimentos de Economia Solidária – EES. As famílias foram as unidades de análise do estudo, são elas que compõem as organizações sociais representadas pelas Associações e/ou Cooperativas. A área do estudo foi o Projeto de Assentamento Nova Amazônia – PANA. O lugar fica distante 32 km da capital, Boa Vista, capital do estado de Roraima, espaço agrário localizado na margem direita da Rodovia Federal BR 174, sentido República Bolivariana da Venezuela.

É preciso destacar também que o fenômeno ora estudado foi observado à luz das ações/atividades realizadas pela Incubadora Social da UFRR. A Incubadora é uma Entidade de Apoio e Fomento – EAS que realiza o assessoramento técnico às Associações e Cooperativas, denominadas de Empreendimentos Econômicos Solidários - EES. Contemporaneamente a ITC PES/UFRR incubou 5 EES no PANA, sendo três Associações e duas Cooperativas de agricultores familiares, totalizando 308 seres humanos que integram as Associações que, ao mesmo tempo, são também cooperados. O período da pesquisa abarcou as duas primeiras décadas do século XXI.

O plano de exposição da pesquisa consta da presente introdução, três sessões que abordam a dinâmica teórico-metodológica e epistemológica da categoria de análises trabalho, os resultados cole-

tados no campo, a discussão com os autores e por fim, às conclusões. Convidamos o leitor a trilhar conosco as múltiplas feições assumidas pela categoria de análise trabalho no interior do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Boa Vista-RR-Brasil, a partir do acompanhamento das atividades da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários-ITCPES/UFRR, a Incubadora Social da UFRR como é mais conhecida.

TRABALHO: UMA CATEGORIA DE ANÁLISE HISTÓRICA

A categoria de análise **trabalho** é considerada ontológica do ser social (MARX, 1988), ela foi a escolhida para descrever, entender e refletir o movimento das práxis das famílias que integram o PANA, incorporando para tanto, os seus múltiplos aspectos quais sejam: a objetividade, a subjetividade, a materialidade, a imaterialidade, a ordem e a desordem, assim como a parte e todo e o todo e as partes, circunscritos numa circularidade recursiva (MORIN, 2012; MATURANA, 2000).

A história da categoria de análise trabalho

A pesquisa começa pela gênese da categoria, do ponto de vista histórico, as evidências objetivas revelam que o trabalho sempre existiu nas sociedades humanas. No entanto, sofreu inúmeras e profundas metamorfoses em sua forma e condição de existir, demarcadas nas diversas eras das transformações sociais, econômicas e ambientais. Numa breve digressão, o trabalho foi caracterizado inicialmente na revolução neolítica, passou pela fase da revolução industrial, pela fase rentista do capital até chegar aos dias atuais em que são observados movimentos múltiplos e distintos no modo de produção capitalista, refletidos sobretudo, no advento da revolução computacional, impressa pela cibernética, pela nanotecnologia e pelas técnicas informacionais da comunicação, todas conectadas pela rede mundial computadores.

Um mundo novo, ou novo mundo apresenta-se referenciado nas relações virtuais e automatizadas pelos computadores e/ou artefatos derivados dessas tecnologias, sobretudo nos *smarthphones*. Nessa nova configuração do capital é preciso refletir como são as relações entre o ser humano e seus pares e o ser humano e o ambiente, assim como o ser humano e as máquinas, mediadas pelo manejo e o trabalho. Para responder a essas inquietações a história do trabalho foi o caminho para descobrirmos.

Começamos a contar a história da categoria de análise trabalho pela sua gênese. Inicialmente a forma vigente foi o trabalho coletivo e solidário no seio da tribo, quando o trabalho era realizado por meio da coleta – do extrativismo vegetal e animal - condições que gestaram a domesticação das plantas e dos animais e estabeleceram uma inflexão na história da humanidade com a origem da agricultura e da pecuária. Movimentos juntos e combinados que permitiram a fixação da espécie humana num determinado lugar, evidências concretas que revelaram a produção e reprodução da vida biológica e social da espécie há cerca de 12 mil anos.

Por outro lado, do ponto de vista científico, as origens da categoria de análise trabalho teve seu marco com Adam Smith nos primórdios da criação das ciências econômicas. Foi na obra *A Riqueza das Nações* de 1776 que Adam Smith, de forma inovadora, descobriu que a riqueza de uma nação era expressa no trabalho humano e não no acúmulo do ouro, prata e/ou outros metais preciosos como apregoava o sistema político-econômico vigente dos séculos XV e XVI - escola do mercantilismo. A ideia do trabalho humano como elemento central na produção da riqueza avançou com David Ricardo, outro economista da escola clássica. O autor aprofundou o estudo da categoria, criou modelos matemáticos, demonstrou sua importância num sistema econômico em vias de transformação e

transição - do modo de produção feudal para o modo de produção industrial. Mas foi Karl Marx que chegou à essência, aprofundando os estudos de Smith e Ricardo. O autor demonstrou ontologicamente a forma, o modo como o trabalho cria riqueza e, ao mesmo tempo, cria valor e, na mesma medida, é também mercadoria no curso de uma sociedade em profundas transformações - do capitalismo comercial (mercantilismo) para o capitalismo industrial do século XVIII.

No prefácio da obra *Para crítica da economia política* (MARX, 1988), Jacob Gorender afirma que Marx fez a anatomia do modo de produção capitalista. Não obstante, considerando o decorrer da história econômica mundial, postula-se que o que Marx fez foi a fisiologia do capital, dadas as explicações acerca desse modo de produção que se tornou hegemônico no planeta, desvelando conceitos e teorias vigentes até os dias atuais. Foi Marx também que concebeu os sentidos do trabalho: produtivo e improdutivo, concreto e abstrato, simples e complexo, vivo e morto e socialmente necessário, elementos centrais na teoria do valor trabalho. Evidenciou o caráter do trabalho alienado e nesse caminho detectou a existência da mais-valia. Na descrição da fisiologia do capital, o autor (MARX, 1988) descobriu como um modo de produção nascente gerava um duplo movimento dialético, de um lado, a riqueza material, concentrada nos donos dos meios de produção – os capitalistas – ao mesmo tempo, em que, do outro lado, gerava a pobreza dos trabalhadores-operários, responsáveis em transformar insumo em produto-mercadoria, dotado de valor de troca. Evidenciou também como a força de trabalho produz mercadoria, ao mesmo tempo em que também é uma mercadoria. Marx (1988) detectou a divisão da sociedade em classes e explicou como esse aspecto enseja conflitos, tensões e iniquidades, dadas lógicas antagônicas que circundam os interesses dessas classes sociais. Divisão da sociedade em classes, a história, a dialética, inscritas numa totalidade formaram os pilares fundamentais na teoria do valor em Marx. E a categoria trabalho constituiu-se na centralidade dessa teoria.

Marx (1988) descobriu que o trabalho carrega consigo o valor – ora de uso, ora de troca. Valor de uso quando o produto tem como destino o auto-consumo, enquanto o valor de troca ocorre quando, no movimento de produzir uma mercadoria para além do auto-consumo, seu destino é o mercado. O preço não é valor, o valor é medido pela quantidade de horas trabalhadas para se produzir uma mercadoria. Essa medida portanto, localizava-se pelo lado da oferta, ou seja, o preço era formado por um componente objetivo. Completa essa descoberta o papel e a função do mercado. O mercado é o espaço privilegiado das trocas, o *locus* da circulação das mercadorias produzidas e consumidas e na geração da renda oriunda desse movimento, distribuída na forma de salário e/ou lucro; o salário para a classe trabalhadora e o lucro para os capitalistas. Outro recurso epistemológico-metodológico utilizado por Marx (1988) em sua pesquisa foi tratar a história como fonte de evidência. Ele concebeu o materialismo histórico dialético como método de investigação, uma contribuição para um campo científico nascente, a sociologia, durante a segunda metade do século XIX.

Nessa trilha, constataram-se a natureza, as feições assumidas pelo capital: na era mercantil o capitalismo foi o comercial; na fase industrial, na era da modernidade, o capitalismo foi o industrial, contemporaneamente, o capitalismo é o rentista, baseado nas finanças, em vias de transformações. Mas foi no final do século XIX que Marshall (1890) desbancou a teoria do valor trabalho, emplacando a teoria do valor utilidade. Completamente diferente da teoria do valor trabalho, o valor utilidade era subjetivo e se localizava pelo lado da demanda, ou seja, o consumidor passou a representar a centralidade da teoria. Teria que continuar vigente até a contemporaneidade, ela é conhecida como a teoria dos preços, a teoria marginal, ou ainda, microeconomia. Nela, o destaque fundamental consiste na subjetividade dos consumidores (SANDOVAL, 2011). Os seres humanos satisfazem suas necessidades a partir das suas subjetividades.

Autores afirmam que está em curso uma fase transitória da modernidade para pós-modernidade na qual o capital é o cognitivo e a riqueza assenta-se nos serviços oriundos do conhecimento humano - a inteligência. Numa síntese elementar, a riqueza para Smith se dava pelo trabalho humano, na fase do capitalismo industrial, a riqueza passou para o domínio das corporações, por meio dos lucros e na fase do capitalismo rentista, a riqueza concentrava-se nos dividendos dos investidores nas bolsas de valores e na fase recente, ainda em constituição, o capitalismo cognitivo. Como será a riqueza? As respostas apontam para cognição humana, manifesta pela inteligência, cuja mercadoria são os serviços, algo imaterial e intangível (GORZ, 2005) mas concretizados pelos softwares e aplicativos que fazem funcionar os sistemas computacionais na rede mundial de computadores, as máquinas inteligentes, a inteligência artificial.

Em Marx (1988) a riqueza inscrevia-se na dimensão da produção da mercadoria, tangível, realizada por meio do trabalho socialmente necessário, contabilizado pela quantidade de horas dispendidas para tal, inscrita pelo lado da oferta das mercadorias que circulavam no mercado. Condição totalmente superada no século XXI, quando prevalece a desindustrialização, a revolução computacional e informacional materializadas nas comunicações virtuais, especialmente nos inúmeros serviços prestados pelos aplicativos utilizados na rede mundial de computadores, disponíveis nos *smarthphones*.

O capital, em vias de transformação, passou a imprimir sua dinâmica produtiva na dimensão dos serviços e a riqueza, gerada nessa dimensão, concentrada ainda nas corporações. Não obstante, não é mais na produção da mercadoria em escala industrial, é para além dela, incorporou-se nessa dinâmica a prestação de serviços, uma mercadoria intangível forjada no imaterial, no cognitivo, na inteligência humana. As corporações ainda predominam como as responsáveis por desenvolver soluções técnicas, computacionais e informacionais por meio dos *softwares* proprietários. Mas está em curso, a antítese dessa condição, há inúmeras inteligências organizadas em rede no planeta que desenvolvem essa mercadoria – softwares, aplicativos - por meio de soluções denominadas de *softwares* livres, sem custos para os usuários. Provando uma condição revolucionária contra o capital hegemônico.

O trabalho vivo, convive lado a lado com o novo capital em vias de transformação, criando um mosaico teórico de interpretações. Ou seja, há riqueza oriunda da produção industrial da mercadoria, há riqueza na distribuição dos dividendos das ações aplicadas nos mercados financeiros mundiais e há também os rendimentos oriundos dos serviços advindos nas múltiplas plataformas estabelecidas na rede mundial de computadores. Não obstante, ainda se mantém firme a centralidade da produção material e/ou imaterial, o trabalho humano. Um trabalho complexificado, multiforme, uma mercadoria intangível, que produz processos de trabalho centrados na inteligência, na cognição, por meio de computadores, das relações virtuais e imateriais, engendrando novos modos e novas relações de trabalho, desdobrando-se para outras dimensões da vida social e biológica. Trabalha-lhe hoje em qualquer lugar, em casa, na empresa, na rua, enfim, onde a conexão com a rede mundial de computadores alcançar. Sem hora, tempo, lugar e/ou dia, trabalha-se mais e em tempo integral.

Embora constatada as metamorfoses do trabalho enquanto unidade geradora de riqueza no seio do modo de produção capitalista, permanece firme em seu núcleo duro, a sua essência de ser, ou seja, o seu fim teleológico - a acumulação, o lucro. Como também permanece firme a exploração do ser humano pelo ser humano, dada condição salarial, apesar das fortes tendências ao desemprego, ao sub-emprego, à terceirização e às novas formas do autoemprego, manifestadas pelo empreendedorismo por necessidade, oriundo da desindustrialização planetária. É possível postular-se portanto, que o advento da revolução computacional engendrou, para além do trabalho imaterial, a primazia dos serviços, dinâmica que extinguiu incontáveis postos de trabalho e profissões. A rede mundial de

computadores e a cibernética fizeram surgir outras formas de produção e a mercadoria denominada serviços tornou-se o fruto do trabalho imaterial, uma mercadoria intangível geradora de riqueza. A força de trabalho portanto, tornou-se especializada, a fonte de valor, criadora de softwares e aplicativos para celulares/*smarthphones*, um dos principais artefatos dessa nova era utilizado em todo o planeta indistintamente. Assim, o preço dos serviços passaram a se inscrever na dimensão da oferta e do conhecimento de quem produz os aplicativos e os artefatos. O lucro, oriundo da comercialização desses serviços e artefatos, a exemplo das mercadorias produzidas na indústria, dada capilaridade gigantesca assumida, continua na mesma dimensão, ou seja, gigantesco.

Não obstante, o revés desse movimento, o outro lado desse fenômeno inscreve-se no *software* livre, ferramenta desenvolvida por seres humanos de áreas distintas e diversas, sem vínculos empregatícios com qualquer corporação, são considerados seres humanos dessa contra-hegemonia. Eles criam e disponibilizam suas plataformas e seus códigos fontes de maneira livre e aberta em toda rede mundial de computadores, desafiando a subsunção do trabalho ao capital. Demonstrando uma firme e explícita estratégia contra a hegemonia do capital (GORZ, 2005). O capitalista não conseguiu combater esse contra movimento engendrado por meio de um movimento revolucionário contra o capital, que se utiliza da mesma mercadoria, ou seja, do conhecimento autônomo, livre, colaborativo, inteligente e de resistência e incerto.

Se a cognição, o conhecimento e o saber assumiram os lugares centrais na produção-consumo da mercadoria, criadora do valor intrínseco dessa mercadoria intangível, constituída por meio das mais distintas formas das tecnologias computacionais e informacionais, o trabalho vivo e concreto cedeu lugar para o trabalho intelectual, abstrato, cuja mercadoria centra-se nos serviços, gerador absoluto da produção da riqueza. Um contraponto dessa assertiva vem dos autores de tradição marxista (LESSA, 2007; SANTOS, 2013) que lembram, o serviço, ou trabalho intelectual, ou ainda o trabalho abstrato sempre existiu, ele se inscrevia na dimensão do trabalho dos médicos, professores, intelectuais e pesquisadores da sociedade burguesa nascente como mercadoria intangível. Ora, na medida em que os computadores, a inteligência artificial da era digital transformaram todo processo produtivo, promoveram, na mesma medida, uma nova forma de produzir, requerendo do trabalhador um novo movimento, um novo caráter, o de acionar a sua capacidade intelectual e cognitiva, requerendo para tanto, processos maiores de qualificação, portanto, muda com ele a forma do capital.

O trabalho imaterial, portanto, emerge desse novo contexto contemporâneo, contraditório e ambíguo de forma vigorosa gestando o capitalismo cognitivo. E nessa trilha o termo – trabalho imaterial - foi cunhado ainda nas décadas de 1950 e 1970 do século XX. Os principais representantes foram Michael Hardt, Antônio Negri, Maurizio Lazzarato e, nas décadas de 1990 e 2000 André Gorz juntou-se a essa frente de pesquisadores e confirmou, pelas evidências de suas pesquisas, mais uma transformação no modo de produção capitalista, centrado no trabalho humano, na dimensão do conhecimento, do saber, da inteligência, na capacidade cognitiva, dinâmicas que caminham a passos largos para inteligência artificial. O trabalho nesse modo transitório do capital está inscrito na dimensão imaterial, especificamente centrado no conhecimento, num conhecimento em rede, dado o atual estágio das tecnologias computacionais e de comunicação. Conhecimento e saber andam juntos nessa nova fase.

As críticas sobre essa nova categoria ensejam debates diversos, especialmente nas publicações de Sérgio Lessa (LESSA, 2007) e Vinícius Oliveira Santos (SANTOS, 2013), ambos afirmam “como deve acontecer de tempos em tempos, uma nova categoria “sociológico-filosófica” fez sua entrada na cena acadêmica: a do “trabalho imaterial” para explicar o concreto, a partir do abstrato. Os dois

autores tecem críticas severas sobre essa nova categoria afirmando que ela não se estabelece enquanto teoria, embora confirmem o novo estágio do modo de produção capitalista baseado no conhecimento. Assim, e embora regada de controvérsias, a categoria **trabalho imaterial** foi a escolhida para sustentar os argumentos, para compreender o movimento dinâmico do manejo e do trabalho empreendidos pelos agricultores familiares assentados no PANA, organizados em Associações e Cooperativas nos seus diversos usos da água e da terra, particularmente nos sítios constituídos no sistema ambiental do Lavrado de Roraima. A escolha do trabalho imaterial enquanto categoria de análise se deu por evidenciar o **saber** como elemento central na produção da riqueza, opção que não prescinde ao uso, nas análises, da opção de se recorrer ao trabalho vivo e concreto descritos nos processos produtivos captados na empiria da pesquisa. Muito pelo contrário, possibilitou essa articulação, dado caráter complexo e dinâmico do movimento circular e recursivo daquele organismo vivo denominado PANA.

Assim, o trabalho imaterial seguiu a linha de André Gorz (2005), o autor explica a categoria a partir do conhecimento e do saber. O saber em Gorz (2005) distingue-se do conhecimento, ele diz respeito à capacidade humana de atuar para além do conhecimento, denominado de científico, e porque não dizer tecnificado, adquirido nos bancos escolares. O saber para Gorz (2005) consiste na habilidade de articular dimensões sociais, culturais, quicá cosmológicas, inscreve-se na subjetividade dos seres humanos, nas práxis do cotidiano, inscritas no cógito, parafraseando Morin (2011) em o Método 3. Gorz (2005) trata do saber vivo e do saber morto – conhecimento; conhecimento adquirido no processo de aprendizado técnico, tecnológico, dispostos nos currículos formais das escolas. Articula-se a esse viés epistemológico na presente pesquisa, os estudos sobre o conhecer, descrito na teoria do conhecimento dos biólogos chilenos Maturana e Valerella (2001) quando afirmam: “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer, todo fazer faz surgir um mundo” (MATURANA; VARELA, 2001, p.32.).

FAMÍLIAS, EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E OS PROCESSOS PRODUTIVOS

Na obra Para Crítica da economia política, Marx (1988) descreveu, por meio da dialética do materialismo histórico, a dinâmica do capital inscrita na economia ingressa descrevendo as categorias produção, consumo e circulação, todas relacionadas à produção da mercadoria e por fim a distribuição da renda, oriunda desse movimento. Inspirada nesse caminho, a pesquisa buscou descrever esses movimentos refletidos nas práxis do trabalho (i)material dos agricultores familiares do PANA. Cabe destacar que nos 16 anos de assentamento os(as) agricultores(as) contam, contemporaneamente, com conquistas substantivas para produção-consumo e circulação de produtos, começando pela energia, estrada, comunicação, água, proximidade dos mercados – a capital - escolas, capacitações, apoio dos governos, além das estruturas de comercialização consolidadas – cooperativas legalizadas e uma consciência política consistente, edificada historicamente.

Embora a forma da disposição do conteúdo seja inspirada em Marx (1988), é em em Gorz (2005) que são discutidos os resultados quando da análise da categoria do trabalho imaterial, demonstrando as suas metamorfoses ao longo do tempo. Para o autor, o trabalho imaterial,

Contém saber, a fonte mais importante da criação do valor, é um saber vivo que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada. O trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável. Ele é, sobretudo na economia de rede, o trabalho do sujeito cuja atividade é produzir a si mesmo. Todo usuário do trabalho em rede sincroniza-se continuamente com os outros, e os dados que manipula põem em marcha um processo em que o resultado coletivo excede de longe a soma dos dados manipulados individualmente (GORZ, 2005, p. 20).

Nesse contexto, a força de trabalho, principal energia detectada na capacidade dos agricultores, localiza-se em seu saber que pode ser caracterizado em duas frentes: o primeiro, o trabalho autônomo e o segundo, o coletivo, em rede. Por trabalho autônomo entende-se aquele que não depende da subsunção ao capital, ele ocorre na perspectiva do livre-arbítrio, ou seja, da escolha do agricultor em se vincular aos mecanismos de produzir aquilo que lhe convier. Pelo lado do trabalho coletivo, depreende-se que sua existência se dá na lida diária em família e para além dela, quando voltado aos préstimos da Associação e/ou da Cooperativa. Assim, o trabalho autônomo vincula-se, sobretudo, na produção agrícola e na criação de animais no interior do sítio, enquanto o trabalho coletivo, aquele relacionado às Associações e Cooperativas, vinculam-se às demandas dos mercados, seja o tradicional, seja o institucional. Embora a mercadoria produzida seja tangível, ela só se constituiu por conta do seu saber, da sua condição de se auto-produzir, das estratégias pensadas e estabelecidas, forjadas ainda na subjetividade da mente, na inteligência. E, embora para o mercado, é concebida no saber, naquilo que o(a) agricultor(a) saber manejar.

Se a força de trabalho é também energia vital dos seres humanos, os(as) agricultores(as) em seus processos de trabalhos manejam os insumos para a produção-circulação e consumo das mercadorias, ou seja, é por meio do trabalho, no interior do assentamento, que são encontradas as evidências da sua materialização. Foram detectados bares, restaurantes, pontos comerciais de mantimentos, salão de beleza, borracharia, oficina mecânica, comercialização de alevinos, estrume, escolas, transportes alternativos, Associações, Cooperativas, ou seja, atividades econômicas de todas as ordens. Na acepção de Kageyama (1999) há pluriatividade no PANA, revelando a convivência diversa do trabalho autônomo, assalariado e/ou coletivo. Na condição do trabalho assalariado foram encontrados os filhos e esposas do chefe da família ocupando cargos de professores, militares, vigias, merendeiras, auxiliar de serviços gerais, motoristas, gerentes de empresas que se localizam no entorno do assentamento. Ou seja, os agricultores familiares são também assalariados, coexistindo nas formas de trabalhos diversas, condição que lhe forjou um caráter múltiplo e pluriativo. Essas características foram estudadas por Campanhola e Silva (2004) na obra o novo rural brasileiro: as novas ruralidades e urbanização nos espaços agrários. No conjunto dos sete capítulos os autores revelaram as profundas transformações ocorridas no espaço rural brasileiro evidenciando que essa nova feição complexificada traz desafios de todas as ordens para as políticas públicas.

No campo da pesquisa foram encontrados também agricultores diaristas que trabalham por demanda em tempo parcial fora do seu sítio, consertam máquinas, veículos, dirigem veículos para complementar a renda familiar, trabalham como pedreiro, auxiliar de obra, eletricitista, motorista, tratorista; existe o trabalhador aposentado que recebe o benefício da previdência; o do benefício da Prestação Continuada do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS - o agricultor solidário que partilha sua força de trabalho em ações coletivas nas associações, e/ou nas atividades de reciprocidade para com o vizinho ou para coletividade; a força de trabalho de mulheres que atuam como pluriativas em atividades de artesanato, bolos, cabelereiras, manicures, entre outras atividades; e por fim, a força de

trabalho do produtor, na linguagem marxista, o capitalista, que possui máquinas e utensílios agrícolas – dono dos meios de produção – para produzir e/ou alugar. Produtores com capacidade financeira para contratar outros trabalhadores para produzir. Diversidades constitutivas das lógicas de vida, impressas na produção e nos processos de trabalho no PANA. Um caldeirão de complexidade que reforça os argumentos do Morin (1998), Maturana (2014) e Gorz (2005) quando tratam do uso do saber como individualidade, inovação e singularidade, estratégias para autorreprodução, como um organismo vivo em si mesmo.

Os agricultores familiares cultivam aquilo que é inerente à sua destreza, à sua conformidade, ao seu saber, à sua conduta e aprendizado laboral e fazem acontecer a produção. Até chegar esse momento, os agricultores empreendem processos produtivos, empregando sua força de trabalho e manejando os insumos disponíveis – máquinas, equipamentos, fertilizantes, sementes -, mas sobretudo, usam sua inteligência. Assim, o processo produtivo encontrado no interior do PANA é diverso, complexo e difuso porque tem histórico também complexo, cujas origens assentam-se na biodiversidade (DIEGUES, 2008) do Lavrado. Os agricultores do PANA advieram ora da cidade, ora dos espaços agrários e ainda, das malocas (casa dos nativos indígenas). Quando essas características juntam-se dão origem a uma nova organização produtiva, manifesta pelo trabalho no interior do sítio, das Associações e das Cooperativas. Destaca-se nessa configuração o aspecto ambiental, o PANA é o único assentamento do estado de Roraima implementado no Lavrado e é constituído por duas áreas descontínuas, totalizando 77.688 hectares. Em termos de feição, o PANA é composto por cinco unidades distintas, denominadas de Polo, há o polo 1, polo 2, polo 3, polo 4 e por fim o polo 5. Cada uma das unidades assume estrutura física e número de famílias distintas. O polo 1 dispõe de 144 famílias assentadas numa estrutura física de espinha de peixe; o polo 2, tem a forma de agrovila e dispõe de 108 famílias assentadas, o polo 3 também tem o formato de agrovila e há 62 famílias assentadas, o polo 4 é o maior em área e há 198 famílias assentadas e por fim, o polo 5, com 41 famílias assentadas, totalizando 553 famílias, com uma média de 4 membros por família, por esses dados infere-se uma população aproximada de 2.212 seres humanos (figura 1).

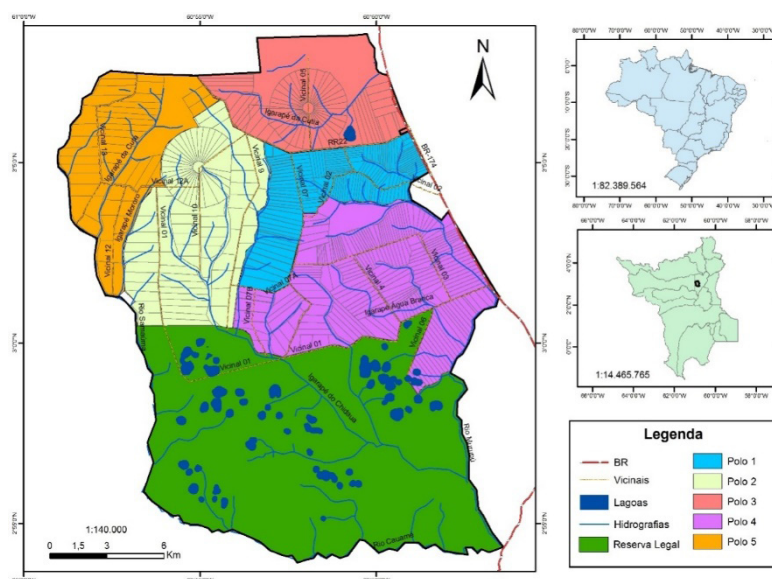


Figura 1. Cartografia do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Gleba Cauamé – Boa Vista- RR, destacando as cinco unidades que o formam: Polos 1, 2, 3, 4 e 5.

Outra característica do fenômeno que merece relevo consiste no fato de coexistir agricultores natos e aqueles que estão em formação. Esse movimento gera tensões e conflitos, um processo que demanda conformações que dependem sobretudo do diálogo. A produção das famílias apreendidas no campo foram (quadro 1):

Quadro 1. Relação de agricultores familiares seus cultivos e criações nos polos do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/RR.

Produtos	Polos				
	1	2	3	4	5
	Quantidade de Agricultores Familiares				
Cultivos Anuais	19	17	12	30	05
Hortícolas	25	07	10	26	05
Frutas	24	16	08	38	05
Bovinos	06	06	08	09	03
Caprinos e Ovinos	02	01	01	08	02
Suíno	06	-	02	09	01
Avicultura	35	24	11	45	07
Piscicultura	01	05	04	15	-
Planta ornamental	02	01	-	-	-
*Soja	-	04	-	-	-
Apicultura	-	-	02	01	-
TOTAL	120	81	58	181	28

*é um cultivo muito recente

Fonte: próprio autora

A produção agrícola guarda uma dependência visceral do consumo dos insumos advindos da capital, com exceção dos “estrumes orgânicos” adquiridos internamente, dos agricultores que criam gado e/ou aves. Um destaque fica por conta da avicultura e dos cultivos anuais. É preciso sublinhar que a produção e o consumo ocorrem simultaneamente em todas as situações da vida. A produção consiste no dispêndio de energia humana para um determinado fim, para satisfação das necessidades humanas, enquanto o consumo ocorre na mesma proporção, dado que dispender energia para qualquer fim representa o consumo dessa energia, e/ou o consumo do bem comum envolvido no processo. Movimentos indissociáveis, circulares e recursivos Morin (2012) e Marx (2008), à época já havia detectado esse movimento. Embora indissociável, o binômio foi separado para fins do estudo, o que possibilitou identificar a existência do trabalho imaterial na produção, uma vez que ela refletiu em si, e ao mesmo tempo, o trabalho vivo e concreto simultaneamente. Por meio da observação e da coleta de dados pode-se comprovar evidências objetivas dessa condição. Por exemplo, o cultivo de 1 a 5 hectares nos sítios são evidências subjetivas e objetivas ao mesmo tempo, pois representam estratégias adotadas pelos agricultores com rebatimentos para múltiplos aspectos: a indisponibilidade da força de trabalho na estrutura familiar, os limites financeiros, o domínio e o manejo dos cultivos as serem plantados, o consumo, a comercialização do excedente, ou seja, para qualquer agricultor tomar uma decisão requereu inúmeros processos mentais. Eles(as) primeiro, imaginam, pensam todos esses movimentos ainda no imaterial, na subjetividade, para enfim, implementarem suas atividades no material, no concreto. A criatividade da iniciativa (MORIN, 2011) e o saber (GORZ, 2005) lhes

garantem essa decisão. Pensando sob essa ótica é pertinente postular que as dinâmicas organizativas dos cultivos em pequenos espaços só acontecem por conta dos processos de interações e adaptações entre agricultores(as) e o sistema ambiental, das condições equânimes de objetividades e subjetividades, vivificadas nessa complexidade sistêmica, mas voltadas para um fim teleológico, a produção e reprodução da família biológica e socialmente.

Do ponto de vista da ocupação dos espaços para criação de pequenos animais e o cultivo de espécies vegetais, observou-se que as atividades ocorrem na proximidade das casas. As distâncias verificadas durante as visitas aos sítios revelaram que as roças, os lugares de trabalho, não ultrapassaram 200 metros. O que torna o esforço físico no deslocamento para a lida menor, potencializando a energia para o trabalho em si. Na figura abaixo (figura 2) foi possível perceber essa proximidade.



Figura 2. Diversidade de cultivos vegetais e criação de pequenos animais nas roças no entorno das casas nos polos 1 e 4 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, Boa Vista-Roraima

Legenda: A - criação de pequenos animais; B - local da criação dos pequenos animais;
C – cultivo de hortícolas; D – cultivo de hortícolas; E – Cultivo de maracujá;
F – Cultivo de mamão; G – cultivo de plantas ornamentais;
H – Cultivo de Plantas ornamentais. Todas no entorno e próximas das casas.

Em termos de movimentos para produzir, apreendeu-se no real os passos envidados pelos(as) agricultores(as) no planejamento familiar, na força de trabalho disponível, nos processos de trabalho, manejos – nas técnicas, tecnologias, máquinas e equipamentos - na interação com os bens comuns – água, terra, ar e energia - no consumo de insumos e nos procedimentos burocráticos, na logística disponível, nos passos trilhados no percurso da adaptação ambiental e na reconstrução cultural (NODA, 2012) ao lugar (TUAN, 2012), o que Maturana (2001) denomina de acoplamentos.

Outro destaque detectado no campo tratou da produção coletiva, uma estratégia vigorosa que tem ganhado mais adeptos nos últimos seis anos. Esse sentimento de solidariedade e coletividade sempre foi impulsionado no interior do PANA, primeiro pelo INCRA quando implantou as áreas coletivas no interior dos polos, mas sobretudo pelo próprio histórico de constituição do lugar vivificado ainda no acampamento. A produção coletiva apreendida no campo apresentou dois caracteres: O primeiro da solidariedade – inscrita na chamada economia solidária (SINGER, 2002), e o segundo, nas relações de reciprocidade (SABOURIN, 2004). Tanto numa perspectiva quanta na outra são apreendidas as formas de trabalho coletivo.

O trabalho solidário é acoplado às unidades familiares desde a vida nas cavernas, os membros da família são os primeiros sujeitos a imprimir essa condição. Considerando a média de 4 membros por família é preciso lembrar que isso é apenas a média, pois comprovamos a existência de famílias com mais ou menos membros. Encontramos família formada por mulher, viúva que tem seus filhos crescidos, que não moram mais no lugar, moram em Boa Vista. Nesse sentido, a manutenção do sítio da viúva é realizada com a colaboração dos filhos que moram na cidade, ora com a força de trabalho aos fins de semana, ora com apoio financeiro, ou ainda as duas coisas combinadas, mais o auxílio dos amigos e vizinhos, ou da associação. Esse tipo de fenômeno foi investigado a partir do olhar dos princípios da Economia Solidária, um campo teórico relativamente recente que vem se estabelecendo aos poucos nas ciências econômicas e sociais. Nesse sentido, o apoio a esse tipo de família, e ou/outras congêneres ocorre por meio da solidariedade. As noções, as categorias da Economia Solidária surgiram no final da década de 1980 e 1990 quando o Brasil experimentou uma das suas maiores crises do emprego. O trabalho coletivo - cooperativas e associações - surgiu como uma forma de enfrentar esse contexto e fazer frente ao modo de produção capitalista. A base teórica desse campo tem na solidariedade, na auto-gestão, no respeito a diversidade e no trabalho coletivo os seus principais pilares. Paul Singer é o seu principal idealizador e maior expoente (SINGER, 2002). A economia solidária portanto, manifesta-se fundamentalmente por meio do trabalho coletivo nas associações, grupos informais e cooperativas. As cooperativas de resíduos sólidos destacaram-se ao longo da história da Economia Solidária por conta da forma encontrada para o enfrentamento das altas taxas de desemprego nos grandes centros brasileiros. Mas foi no início dos anos 2000, com a implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária que se institucionalizou um conjunto de políticas públicas voltadas para os empreendimentos econômicos solidários. Para além das cooperativas de resíduos sólidos, outros empreendimentos foram se destacando ao longo desses 30 anos. Os destaques são aqueles Empreendimentos que se organizaram e continuam a se organizar nos diversos espaços agrários brasileiros, conforme os dados do Sistema de Informação da Economia Solidária – SIES – da Secretaria Nacional de Economia Solidária (PEREIRA, 2019). Assim, o arcabouço teórico da Economia Solidária foi o escolhido para os aspectos relacionados ao trabalho coletivo no interior do PANA. As fontes de evidências que comprovam essas práxis constam nas atividades realizadas pelas associações nos polos, nas manifestações do *ajuri* e na organização das reuniões familiares entre outras. *Ajuri* é um termo indígena que significa mutirão. Como o trabalho coletivo tem sua primeira manifestação no interior

da família, outra característica observada constou-se nas relações geracionais que estão sendo edificadas. É pertinente lembrar que os pais constituem-se na primeira geração que ingressou no PANA em 2003, os beneficiários dos lotes que, ao chegarem, tinham filhos crianças e outros nem tinham filhos. Os filhos representam portanto, a segunda geração.

Na investigação foi percebido o nascimento da terceira geração, ou seja, os filhos dos filhos, que estão voltando para assentamento casados, para incorporar a família ampliada com mais membros e também com sua força de trabalho. Ainda nesse contexto, foi registrada também a ocorrência dos genitores dos agricultores da primeira geração, embora em menor medida. A família, portanto, enquanto materialidade e configuração da célula maior da unidade produtiva é responsável pelo planejamento e deliberação das estratégias das práxis de trabalho visando garantir a produção e reprodução social e biológica. Nessa perspectiva, o trabalho configurou-se como condição precípua para que essa reprodução aconteça em especial na forma coletiva e na família primeiramente. Nesse contexto, do ponto de vista geracional é fundamental lembrar que os(as) agricultores(as) familiares quando adentraram em seus sítios ainda em 2002, 2003 estavam no auge do vigor físico. A divisão social do trabalho empreendida ocorria entre marido e mulher, uma vez que os filhos ainda nem eram nascidos, ou eram muito crianças. Contemporaneamente, essa condição foi alterada multidimensionalmente, em especial na divisão social do trabalho, que agora está distribuída entre todos os membros da família. O trabalho, portanto é coletivo e familiar, existe no real. Movimento expandido do interior do sítio para os vizinhos - outras famílias - uma vez que esses sujeitos tem procurado se manter coesos por meio dos convívios frequentes, especialmente nas associações de agricultores dos polos. As associações, portanto, constituem-se nas maiores mobilizadoras da comunhão para o trabalho coletivo e solidário no assentamento. Mesmo que ainda predomine a individualidade, a competição e por vezes a descrença entre os pares, o que provoca inúmeros conflitos. Mesmo assim, as associações têm fortalecido esses elos de convivências solidárias e de reciprocidade.

É preciso lembrar que o conflito é fruto do convívio, como diria Maturana (2001, p.32), “nossa linguagem é o ponto de partida, nosso instrumento cognitivo e nosso problema”, se há convivência, comunicação, há na mesma medida tensões e conflitos. As complementaridades (antagonismos) permeiam o convívio nas organizações vivas. Para além das associações, outras instâncias corroboram com a perspectiva do trabalho coletivo e solidário, as cooperativas, o sindicato municipal de agricultores, os fóruns da agricultura familiar, assim como os conselhos dos territórios da cidadania, ou ainda, nos múltiplos eventos promovidos no âmbito das igrejas. Todos integram esse protagonismo, acompanhado do fortalecimento da consciência política desses(as) agricultores(as), historicamente construídas para alcançar seus pleitos emancipatórios na luta pela conquista da terra.

Outro aspecto observado nas dinâmicas do trabalho coletivo consta na nomenclatura escolhida pelos agricultores para denominar as Associações: algumas inscrevem “produtores” outras agricultores. Ambiguidades que guardam os elementos das suas origens. Nesse contexto, destacam-se as associações do polo 1 e 2. As demais – polo 3, 4 e 5 – sofreram alternâncias e/ou vacâncias de presidentes durante a pesquisa, tornando seus processos de gestão, por vezes, com solução de continuidade. Nos últimos momentos da pesquisa constatou-se a reativação da associação do polo 4 e do polo 5, ambas incentivadas pelo presidente da associação do polo 1, influências recíprocas positivas. A despeito dessas duas Associações – polo 1 e 2 - as evidências observadas no campo permitiram postular que existe um caráter orgânico na gestão dessas unidades, ou seja, os gestores são dotados de características aglutinadoras que tornaram suas gestões destacadas no contexto do PANA, estratégias imateriais como diriam Morin (2011).

Outra evidência foi a consciência política dos gestores das Associações, eles defendem os direitos e deveres dos associados em qualquer circunstância. Esse contexto nem sempre foi assim, pelos relatos, os agricultores afirmaram “no começo eles queriam uma única associação para os cinco polos. Nós resolvemos que não porque uma associação para cada polo é mais difícil de ser manipulada” (M.J. 14/04/2016). Ou seja, o saber local garantiu a atual condição de autonomia de todas as associações. Maturana (2001) confirma essa condição quando afirma “todo fazer é um conhecer e todo conhecer é um fazer, e faz surgir um mundo” (p.32). Ao se aprofundar nos aspectos orgânicos do trabalho coletivo dessas unidades comprovou-se características objetivas e subjetivas. Pelo lado da objetividade, ambas promoveram resultados materiais relevantes e fundamentais no início do PANA que permanecem até os dias atuais, partindo sempre da utilização do princípio do trabalho coletivo. A Associação do Polo 2 por exemplo foi criada em 02/08/2004, ela inovou desde sua gênese no sentido Shuppteriano do termo inovação (SHUMPTER, 2001). Embora nascente a associação foi capaz de mobilizar 31 famílias e destinar parte de suas verbas advindas dos créditos do INCRA e contratou uma empresa para perfurar 3 poços semi artesianos na área coletiva do polo. A área coletiva do polo 2 é uma das maiores com mais de 800 hectares. Essa quantidade expressiva de terra tem dois propósitos, um para associação trabalhar coletivamente e a outra, para compensar os agricultores que foram assentados em lotes muito pequenos. Em termos de produção coletiva a associação do polo 2 realizou iniciativas como o cultivo de melancia, de feijão e de soja. O modelo adotado consistiu na repartição coletiva de todos os custos entre os associados. A soja foi uma exceção porque a atividade foi implementada enquanto política pública do governo estadual e contou com adesão de 22 agricultores que mudaram sua base produtiva, antes diversificada para o monocultivo do grão (Fig 3).



Figura 3. Unidade produtiva de soja no Polo 2 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima iniciado em 2015.

Foto: Folha de Boa Vista (2015)

O sistema adotado pela empresa contratante foi: para os 22 agricultores coube a responsabilidade de disponibilizar o espaço físico, plantar, manejar e pagar pelos insumos para empresa. Ao governo do estado coube à logística. Coube à empresa detentora do cultivo a assistência técnica e o fomento financeiro. A maioria dos agricultores endividou-se e não prosseguiram com a produção. Embora o cultivo tenha tido por meio da Associação, ou seja, numa perspectiva coletiva, ela foi realizada no interior do sítio de cada agricultor e individualizada, não utilizando a área coletiva do polo. As im-

plicações desse cultivo foram sentidas no ambiente, os agricultores afirmaram que houve o aumento substantivo de lagartas no assentamento, “elas eram tantas que cobriam a estrada, eu nunca tinha visto isso” (V. P, 2016). Do ponto de vista ecológico essa ocorrência deveu-se, entre tantos aspectos, à retirada da cobertura nativa dos solos e o uso de agrotóxicos e o monocultivo aumenta a incidência de praga. Diante desse contexto foi possível apreender as lógicas produtivas ali contidas, de um lado, revelando a existência do agricultor familiar que pratica o cultivo diverso de espécies para se manter e o excedente para comercializar no mercado, e do outro, a lógica do produtor, voltado para o monocultivo destinado ao mercado, com fito na acumulação do capital.

A outra experiência – evidência - detectada do trabalho coletivo foi na Associação do Polo 1 (fig 4). Diferente da associação do polo 2 a associação do polo 1 trilhou outro histórico, destacado, sobretudo, na dimensão das conquistas coletivas.



Figura 4. Sede da Associação de Produtores do Pólo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, edificada pelos próprios associados

Legenda: A – faixa da Sede da Associação do Polo 1; B – interior da sede do polo 1.

O histórico desse processo começou com o cultivo coletivo do feijão iniciado há quatro anos. A associação coleciona um conjunto de atividades conjuntas a começar pela edificação física da sede, construída em forma de mutirão; a perfuração de um poço semi-artesiano para ajudar na produção coletiva; a ampliação da sede também foi no formato de mutirão, e por último o documento da concessão da área dada pelo INCRA para Associação, ocorrido em abril de 2017. O trabalho coletivo da associação espalhou-se para além da edificação da sede, foi também para edificação de casas dos associados e no conserto das vicinais do PANA. O documento do INCRA destinado à Associação do polo 1 garantiu a instalação de energia na sede, demanda antiga agora superada. Assim como a necessidade de um trator também foi alcançada, a Associação conseguiu junto à Prefeitura Municipal de Boa Vista, máquinas para a produção coletiva e autônoma no Polo desde 2019.

A produção coletiva do feijão no polo 1 tem sido constante e vigorosa. O início em 2013 contava com apenas 4 agricultores. Atualmente está na sexta safra consecutiva, congregando 17 agricultores (figura 5). Segundo o presidente da Associação todo processo de trabalho é dividido em partes iguais. Para além da safra, outra conquista do trabalho coletivo foi a edificação do espaço físico da sede em alvenaria. O lugar tornou-se uma referência no Assentamento e no estado. Ali são realizadas reuniões, debates, encontros e se constituiu no lugar onde são entregues e pesadas a produção individual dos agricultores para formar o todo da Associação para as entregas dos produtos no Programa de

Aquisição de Alimentos - PAA, para o Programa de Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e de sementes crioulas da CONAB. O mobiliário da sede atende às demandas prementes dos associados. “As cadeiras foram doadas pela UFRR assim como os equipamentos da cozinha e do escritório”, afirmou seu atual presidente. Contribuiu também com o mobiliário o sindicato dos agricultores da cidade de Boa Vista. O lugar também é utilizado para inúmeras confraternizações do dia das mães, pais, crianças entre outros. Os(as) associados(as), agricultores(as) do PANA são adeptos das festas e confraternizações. Segundo Morin (2012) os momentos de confraternização promovem elos invisíveis de fraternidade. As festas são constantes no polo 1 o que reforça essa assertiva. O trabalho coletivo pode ser observado no polo 1, figura (5).



Figura 5. Cultivo coletivo de feijão realizado no polo 1 no Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima, 2016.

Legenda: A – Agricultores reunidos na área coletiva do polo 1 para o cultivo coletivo do feijão;
B – agricultores familiares do polo 1 com trator para o plantio do feijão.

As atividades do trabalho coletivo apreendidas na associação do Polo 1 foram o cultivo do feijão, o fornecimento de produtos da agricultora familiar para o PAA, PNAE e o cultivo de semestres criolas para serem entregues a CONAB, isso na dimensão material. O faturamento advindo dos contratos com a CONAB – PAA e Semente crioula – segundo relato do presidente da Associação, totalizam quase R\$ 500 mil reais. “tem muito trabalho para ser feito e muito compromisso para dar conta” (E.S.P, 2017). Outro movimento empreendido por iniciativa da presidência da Associação do polo 1 foi o mutirão para construção da casa de uma agricultora (figura 6). As fotos foram entregues pelo presidente e no envio ele afirmou: “aqui a gente faz de tudo, se ajuda uns aos outros” (E.S.P, 2017)



Figura 6. Mutirão para construção de uma casa para uma agricultora do polo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima.

Legenda: A – construção coletiva da casa de uma agricultora familiar residente no polo 1; B – Agricultores que destinam seu tempo livre em ajudar ao próximo; C e D – São agricultores ajudando na construção da casa em seu tempo livre.

As teorias que tratam da economia solidária e da teoria da reciprocidade são distintas. A primeira aborda a produção coletiva e solidária, no âmbito da inclusão produtiva, baseada nos princípios da solidariedade e da autogestão fundamentalmente (PEREIRA, 2010). Por outro lado, a teoria da reciprocidade evidencia as trocas não monetárias, relacionadas a um sentimento recíproco de colaboração, sem os elementos da dimensão econômica (SABOURIN, 2004). Dois movimentos localizados no polo 1 que vem ganhando corpo nas práxis do trabalho material e imaterial, visto que no ideário de solidariedade sempre constam os grupos sociais, desde os primórdios da vida coletiva nas cavernas, na coleta do alimento e nos usos da água, bem como na segurança, no sentido de preservar os membros da família dos infortúnios causados pelas intempéries do tempo e/ou vicissitudes advindas de animais na busca de presas. Naquela época as clivagens sociais não existiam, elas surgiram no transcorrer da história humana, demarcadas pelas metamorfoses desses grupos sociais que, em franca expansão demográfica formaram modos diversos de vida, baseados no trabalho. Os grupos sociais foram criando novas necessidades, ultrapassando aquelas baseadas na dimensão biológica de ser social. Acreditamos que o ideário de solidariedade, embora tenha sido invisibilizado, não sucumbiu por inteiro, sobrevive ainda hoje firme, em comunidades locais, movimentados pelos grupos sociais que tem no amparo coletivo a medida para harmonia e o convívio entre os pares no sistema ambiental. O convívio entre os integrantes desses grupos são movidos pelo espírito de solidariedade, especialmente nas atividades do trabalho coletivo, em detrimento da competição.

A divisão social de classes, a divisão social do trabalho, a propriedade privada e a subsunção do trabalho ao capital não foram suficientes para determinar o fim do trabalho coletivo e solidário. E os(as) agricultores(as) familiares do PANA mantém essas práxis de forma viva, revitalizando essa condição.

A gente faz de tudo pra ajudar quem precisa. Um monte de gente precisa viajar pra cuidar da saúde. A gente sabe, se reúne e faz algo. O dinheiro arrecadado a gente entrega. Toda ajuda é bem vida quando se tá doente (V., 2016).

O presidente da Associação do Polo 1 disponibilizou imagens para pesquisa, dados que representam os momentos dos mutirões, do compartilhamento da força de trabalho solidária que, por vezes, é também da reciprocidade. A figura a seguir registra a reunião dos agricultores no conserto da vicinal, no período das chuvas (fig 7).



Figura 7. Dia de mutirão para consertar a vicinal do polo 1 do Projeto de Assentamento Nova Amazônia – Boa Vista/Roraima

Legenda: Veículos, barro e força de trabalho dos agricultores com o objetivo de consertar a via de acesso ao polo 1

A produção da farinha foi outra práxis de trabalho coletivo encontrado no âmbito da solidariedade entre os agricultores no PANA. Duas casas de farinha foram localizadas: uma no polo 4 e uma no polo 1. O funcionamento dessas casas de farinha baseia-se na solidariedade. No polo 1 por exemplo inexistente a moeda como mediação para o uso do forno. Os agricultores combinam com o proprietário o dia e a hora para que todo o processo aconteça. O combinado entre o proprietário da casa de farinha e o agricultor é que fique um percentual do total produzido como forma de agradecimento e manutenção do forno, um movimento de trocas. Reciprocidade e solidariedade caminham juntas e separadas, seguindo especificamente seu caráter. Embora tenham sido constatadas evidências de solidariedade e reciprocidade entre os agricultores associados do polo 1, não exige a existência dos conflitos. Muito pelo contrário, além de continuar a existir, reforçam o argumento das complementariedades de Morin (2012) quando o autor afirma das convergências e antagonismos que ocorrem ao mesmo tempo nas relações sociais. Complementariedade que promovem condições de vida mais próximas da conservação e da degradação ambiental.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, a questão que permeou a presente pesquisa centrou-se no trabalho imaterial realizado pelos(as) agricultores(as) no PANA. O estudo partiu da premissa de que é preciso compreender para explicar como, quais as formas empreendidas por esses sujeitos no manejo do sistema ambiental por meio do trabalho no interior dos seus sítios, nas organizações sociais estabelecidas – associações e cooperativas. Descobriu-se que o trabalho imaterial constitui-se na centralidade da reprodução da vida social e biológica, uma vez que o(a) agricultor(a) familiar aciona a cognição, a inteligência e as estratégias para realizar o trabalho concreto, o trabalho coletivo visando manter-se, a partir da lógica de um bem viver no lugar que escolheu para se reproduzir social e biologicamente, sem seguir à risca as determinações do mercado. No PANA observou-se vigorosas características das novas ruralidades descritas pela professora Wanderley (2000), os elementos da multifuncionalidade da propriedade (BONAL, MAFUF, 2007) e a pluriatividade (KAGEYMA, 1999) na consecução do trabalho material e imaterial.

REFERÊNCIAS

- BONNAL, P.; MALUF, R. S., Do uso das noções de multifuncionalidade e território nas políticas agrícolas e rurais no Brasil. In: LIMA, E. N.; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J (Org). **Mundo Rural 4** – configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MAUAD X: Edur 2007. p. 217-235.
- CAMPOS, C; PINTO, F; BARBOSA, R. I.; **O Lavrado de Roraima: importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do Bioma Amazônia.** Boa Vista: INPA, 2008.
- DIEGUES, A, C. S. **O mito moderno da natureza intocada.** 6ª ed. ampliada – São Paulo: Uhcitec: Nupaub-USP/CEC, 2008.
- GORZ, A. **O Imaterial: conhecimento, valor e capital.** São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** 23ª ed. Edições Loyola, São Paulo, 2012.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Revista Economia Aplicada,** São Paulo, v. 2, n. 3, p. 515-551, jul./set., 1998.
- LESSA, S. Trabalho imaterial Negri, Lazzarato, Hardt. **Estudos de Sociologia,** Unesp-Araraquara, n.11, p. 119-143, 2001.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** 1.1, v 1/2. São Paulo, Nova Cultural. 1988.
- MATURANA, H.; VARELA, F. J. **A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.** São Paulo: Palas Athena. 2001
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo.** 4. ed, Porto Alegre: Sulina, 2011.
- _____. **O Método 3. O conhecimento do conhecimento.** 4. ed, Porto Alegre: Sulina, 2012.
- NODA, H. et al. **Dinâmicas socioambientais na agricultura familiar no Amazonas.** Manaus-AM: Wega, 2013.
- RICOVERI, G. **Bens comuns versus mercadorias.** Rio de Janeiro: Multifoco, SOLTEC-UFRJ, 2008.
- SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias,** Porto Alegre, n. 27, maio/ago, p. 24-51, 2011
- SANTOS, V. O. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina; Eduel, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000, p. 87-145.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.